



## ANÁLISE DO CONTROLADOR INTERNO

**Processo n.º:** 1185/2017.

**Objeto:** Solicitação de compra de filtro/refis de purificadores de água e manutenção semestral.

**Procedimento analisado:** Pedido/justificativa (fl. 02); orçamentos (fls. 03/18); análise do setor de compras (fl. 19); encaminhamento ao C. Curador para autorização (fl. 19 verso); esclarecimentos do setor de compras (fls. 20/27); encaminhamento ao C. Curador para autorização (fl. 27); ata C. Curador solicitando alteração do objeto (fls. 28/29); Portaria de nomeação dos membros da Comissão de Pregão Presencial (fl. 34), ata da Comissão de Pregão (fl. 35); informação quanto ao impacto financeiro da despesa (fl. 36); cadastramento no sistema CONAM-SIAM; minuta de edital (43/83); análise da Procuradoria Jurídica (fls. 85/90); edital finalizado (fls. 93/113); ata da Comissão de Pregão (fl. 114); notificação de abertura do certame (fl. 115); envio ao C. Curador para ratificação do objeto (fl. 117); ata C. Curador ratificando o objeto (fl. 118); publicações da abertura do certame D.O., dias 12, 15 e 17/08/2017 (fls. 120/126); ata da Comissão de Pregão declarando o certame deserto (fl. 127); ciência do C. Curador e deliberação para reabertura do certame (fls. 128/128-b); ata da Comissão de Pregão (fl. 157); cadastramento no sistema CONAM-SIAM (fls. 158/161); ata da Comissão de Pregão declarando, novamente, deserto o certame (fl. 166); encaminhamento dos autos à Comissão de Licitação (fl. 170); parecer jurídico (181/188); ata da Comissão de Licitação (fl. 192); ata da Comissão de Licitação (fl. 196); orçamentos (fls. 200/204); certidões comprobatórias de regularidade fiscal (fls. 205/212); ata da Comissão de Licitação (fl. 219); informação quanto ao impacto financeiro da despesa (221); adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal (fl. 222); cadastramento no sistema CONAM-SIAM (fls. 224/228); nota de empenho (fl. 229); certidões comprobatórias de regularidade fiscal (fls. 230/240); termo contratual (fls. 248/255); nota fiscal (fl. 261); confirmação do pagamento (fls. 265/266).

**Observação:** Apesar de haver encaminhamentos ao C. Curador em fls. 19 verso, 27, 118, 128/128-b; bem como em parecer jurídico, notadamente em fl. 85/verso, constar o texto: “... assim há de ser encaminhado o processo à apreciação do Conselho Curador desta Fundação para ciência e autorização da contratação...”, não há no decorrer do processo ato administrativo formal que autorize expressamente a contratação por parte do C. Curador, conforme art. 14, inciso IX, da Lei Municipal n.º 4830/2002.



**FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS EFETIVOS DE BAURU – FUNPREV**

CNPJ 46.139.960/0001-38  
Rua Rio Branco, nº 19-31, CEP 17014-037, Bauru/SP  
Telefone: (14) 3009-5500  
[www.funprevbauru.sp.gov.br](http://www.funprevbauru.sp.gov.br)



Entretanto, em leitura aos conteúdos das atas em que este processo foi objeto de análise, tais quais, Ata n.ºs 11, 15 e 17 de 2017, especificamente quanto à de n.º 118, SMJ, houve a intenção tácita por parte do r. Conselho em autorizar a compra.

Diante do exposto, julgamos pela regularidade da documentação, manifestando favoravelmente pela APROVAÇÃO da presente prestação de contas.

Bauru, 10 de janeiro de 2018.

Tamiris Carolina Cardoso  
Controladora Interna TCE/SP  
Portaria nº 143/2013